# INTRODUÇÃO: O DESAFIO QUE COLOCA À INVESTIGAÇÃO O ESTUDO DO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS NA POPULAÇÃO GERAL, EM PORTUGAL

## Apresentação

Apresentamos, neste documento, o primeiro relatório do Primeiro Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa, realizado entre Maio e Novembro de 2001 pelo CEOS – Investigações Sociológicas, Universidade Nova de Lisboa para o IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência. Os primeiros resultados provisórios das prevalências do consumo foram de facto apresentados em Março de 2002[1] e comunicados posteriormente, já na versão definitiva, ao IDT e ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

Para além da apresentação detalhada das questões metodológicas, damos conta aqui, sobretudo, das dimensões do inquérito mais relacionadas com o perfil dos consumos de substâncias psicoactivas. Para além das prevalências de experiência de consumos, cujo formato obedece ao modelo de apresentação seguido pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, procuramos detalhar as modalidades dos consumos e esclarecer em que circunstâncias eles se realizam. A caracterização dos consumidores será feita, essencialmente, em torno das variáveis de identificação pessoal mais importantes.

Este primeiro relatório visa uma abordagem sociográfica e visa principalmente os indivíduos que declararam ter, alguma vez na vida, consumido qualquer substância psicoactiva ilícita. A preocupação descritiva mantém-se mesmo quando construímos tipologias que nos servem para resumir algumas posições face aos consumos que resultam, de uma forma que se nos afigura consistente, da co-ocorrência de alguns indicadores singulares dos consumos ou das suas circunstâncias.

Num relatório ulterior procuraremos chegar a uma leitura mais analítica e sociologicamente apoiada dos resultados. Tratando-se de um inquérito que visa a população geral (quer dizer, qualquer população, nos limites de idades considerados 15-64 anos), qualquer que seja a sua relação com os consumos e as substâncias consumidas), importará, nessa segunda etapa da análise, explicitar quais as orientações do conjunto da população em relação aos temas que privilegiámos – estilos e modos de vida, redes de sociabilidade, relação com o corpo... – e perceber quais as convergências e divergências susceptíveis de existir, em relação a estes domínios de experiência social, entre os diferentes perfis de posições face aos consumos ou àrepresentação das drogas.

[1] Cfr. Casimiro BALSA, Tiago FARINHA, João Pedro NUNES e Miguel CHAVES, *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa - Prevalência das experiências de consumo de substâncias ilícitas*, CEOS, Lisboa, 2002, 25 páginas.

Procuraremos assim, através da construção dos modelos de posicionamento que esperamos encontrar, melhor definir os perfis dos consumidores que estão por detrás dos consumos. Deixámos para esta segunda etapa de apresentação dos resultados a análise da informação relativa ao consumo de substâncias legais – o álcool e o tabaco – que, pela sua mais elevada ocorrência, se enquadram melhor numa abordagem mais compreensiva que vise traçar o perfil sociológico da população em geral.

**Principais objectivos do Inquérito à população geral**

Podemos enquadrar os objectivos do estudo em torno das cinco grandes finalidades que nortearam, igualmente, a definição dos dispositivos sobre os quais assenta o Programa de Investigação sobre o Consumo de Substâncias Psicoactivas (ver parágrafo seguinte):

- estudar a prevalência das experiências de consumo
- produzir uma informação comparável com a de outros países
- produzir dados de referência para a análise da evolução dos consumos no futuro
- produzir dados que possam ser úteis na perspectiva da prevenção
- visar não apenas o estudo do perfil do consumo mas, igualmente, o do consumidor

O lançamento de um inquérito geral à população com o objectivo de identificar e caracterizar a prevalência do consumo de drogas é um projecto que, como se sabe, conheceu experiências percursoras em diversos países da Comunidade Europeia, bem como nos EUA e no Canadá. A sua realização a nível nacional permite corresponder, de um modo decisivo, ao propósito de ultrapassar os défices de conhecimento e a escassez de dados ainda existente sobre o fenómeno da droga, debilidades essas assinaladas no documento da *Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga*. Simultaneamente, este estudo pretende promover condições de comparabilidade dos dados relativos ao consumo de drogas a nível europeu ou mesmo internacional, objectivo cuja importância tem vindo a ser anunciada por diversas instâncias europeias, nomeadamente pelo próprio *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction* (EMCDDA: 1997). Em termos gerais, o Inquérito Nacional adequa-se também às necessidades e expectativas de diversas instâncias de decisão e de planeamento, de quadros técnicos, bem como de investigadores interessados nestas áreas de pesquisa. Estas entidades vêem aqui uma possibilidade para que, quer ao nível da intervenção, quer ao nível do conhecimento descritivo e explicativo do fenómeno, se venham

a superar limitações com as quais se confrontam actualmente nas suas respectivas áreas de actuação.

De uma forma mais precisa, identificamos, a seguir, os principais objectivos associados ao lançamento deste projecto:

1. Conhecer qual a extensão do fenómeno do consumo junto das populações que não se encontram enquadradas por dispositivos institucionais, procurando quantificá-las.
2. Abrir o leque de caracterização, identificando os diversos tipos de consumidores e de padrões de consumo, no que respeita, designadamente, ao tipo de substâncias utilizadas, à frequência e à continuidade/ descontinuidade do seu uso, às formas de administração e aos tipos de pluriconsumos existentes.
3. Detectar as relações existentes entre os tipos de consumidores e padrões de consumo e certas variáveis sociológicas pertinentes como sejam as características sócio-económicas, o género, níveis de instrução, níveis etários, estilos de vida, representações produzidas acerca do consumo e relacionadas com outras dimensões seleccionadas. O cruzamento destas variáveis permitirá expandir consideravelmente o conhecimento das dinâmicas sociológicas que subjazem aos consumos.
4. Conhecer e interpretar as representações que os diversos segmentos da população portuguesa elaboram acerca dos consumos e dos consumidores de substâncias psicoactivas.
5. Identificar quais as condições em que decorre a utilização de substâncias lícitas, no que se prende sobretudo com a presença ou com a ausência de formas médicas de subscrição e de controlo.
6. Analisar, no caso de se virem a identificar, as correlações entre os consumos de substâncias lícitas e ilícitas.
7. Constituir uma base sólida de informações que permita, por um lado, seleccionar de modo sistemático sectores da população considerados relevantes para o desenvolvimento de estudos de caso e, por outro lado, conhecer a expressão quantitativa e o "lugar" que certos segmentos particulares de consumidores ocupam no universo geral do consumo.
8. Obter condições para comparar as incidências registadas em determinados contextos específicos, nomeadamente em meio escolar, com os dados obtidos para a população geral.
9. Elaborar suportes técnicos e instrumentos de inquirição, nomeadamente métodos e técnicas de amostragem, modos de aplicação do questionário, dimensões a

seleccionar, questões e *itens* de resposta a incluir, cruzamentos de variáveis a efectuar, que possam vir a ser utilizados em diversos momentos, permitindo a obtenção de dados da evolução do fenómeno ao longo do tempo.

10. Criar condições, tendo sobretudo em conta critérios de uniformização que já foram inclusivamente sugeridos no documento *Improving the Comparability of General Population Surveys on Drug Use in the European Union* produzido pelo EMCDDA (1997), para que as informações relativas à população portuguesa possam vir a ser comparadas com os dados obtidos em outros estados da Comunidade Europeia.

**Ambição geral do programa de estudos**

Portugal não contava, até à data de realização do Primeiro Inquérito à População Geral, com nenhuma experiência nesta área de estudo, tendo sido um dos últimos países da UE a dar início à recolha deste indicador, um dos que promove o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Para além de estudos que visam populações específicas (estudos dos consumos problemáticos[2], ou realizados em meio prisional onde o primeiro estudo piloto foi realizado em 1988/90 a uma amostra representativa da população das prisões centrais portuguesas[3]) as abordagens existentes visaram populações específicas. Podemos citar:

- os inquéritos em meio escolar que se realizam desde 1987 (L. Rodrigues, 1992); e o ESPAD
- inquérito aos menores sob tutela do Ministério da Justiça (estudo de viabilidade em 1991/92 e levado a efeito em 1993 (L. Rodrigues, 1992);
- inquérito em meio universitário ou realizados em locais delimitados (zonas de lazer)[4] e

[2] "Inquérito nacional aos indivíduos em tratamento nos centros de atendimento a toxicodependentes" (FREIRE 96).
Em 1997 foi realizado, no âmbito de um projecto de comparação de estimativas de prevalência de consumo no plano local desenvolvido pelo EMCDDA, um estudo com o objectivo de estimar a prevalência do consumo de heroina na cidade de Setúbal. Para esse efeito utilizaram-se amostras de duas fontes distintas – centros de saúde e de um centro de atendimento a toxicodependentes. A estimativa a que se chegou para o número de indivíduos com consumo problemático de heroina naquela cidade, depois da realização de uma análise log-linear sobre os dados recolhidos através do método "capture-recapture", foi de 1,82% (população com idades entre os 15 e os 54 anos de idade). Uma tentativa de aperfeiçoar esse cálculo (GODINHO, COSTA e PADRE-SANTO 1998), recorrendo a um maior número de amostras e a um período de tempo mais alargado (adicionaram-se os dados do Hospital Distrital de Setúbal e da Polícia de Segurança Pública, que no estudo original não haviam podido ser recolhidos) chegou ao resultado, extremamente elevado, de 4,07%. Os autores atribuem tal valor ao facto de não se ter respeitado uma daquelas que é condição essencial deste método de recolha, garantir que não há "entradas" e "saídas" na população.
Ver também Jorge NEGREIROS, *Estimativas de Prevalências e Padrões de Consumo Problemático de Drogas em Portugal*, IPDT, Lisboa, não publicado, relativo ao ano de 2001.
[3] Jorge NEGREIROS (1997), *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares (volume 4); Consumo de drogas nas prisões portuguesas*, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Lisboa, 61 pp.
Anália Cardoso TORRES; Maria do Carmo GOMES (2002), *Drogas e Prisões em Portugal*, CIES/ISCTE, Lisboa.
[4] Vitória MOURÃO; João Luís BAPTISTA, Jorge TORGAL (2000), *Observatório ao Consumo de Substâncias Lícitas e Ilícitas em Estudantes do Ensino Superior em Portugal: Relatório de 1998*, Centro de Investigação em Saúde Comunitária, Lisboa.

- o primeiro inquérito nacional, realizado em 1983 a uma população de jovens entre os 12 e os 22 anos (2.895 entrevistas)[5],

No meio escolar, depois das primeiras experiências em 1987 e 1991, realizaram-se em 1995 em Portugal dois inquéritos à população estudantil: um dos inquéritos foi aplicado aos alunos que frequentavam o 7º, 8º e 9º ano, e o outro aos alunos que frequentavam o 10º, 11º e 12º ano de escolaridade, ambos levados a cabo em estabelecimentos do ensino secundário público. Nesse mesmo ano e assumindo um compromisso europeu, Portugal integrou o grupo *ESPAD – European School Survey Project on Alcohol and other Drugs*, e, no âmbito desse programa, o inquérito em meio escolar voltou a ser realizado em 1999 e em 2001[6].
Nos seus três inquéritos nacionais de saúde realizados em 1987, 1995/96 e 1998/99, o Ministério da Saúde inquiriu pessoas com dez ou mais anos de idade. A informação recolhida dizia apenas respeito ao consumo de tabaco e álcool. informações mais detalhadas sobre essas e outras substâncias (ainda que só sobre representações do consumo) foram episodicamente recolhidas através de um questionário experimental, de carácter regional, que foi levado a cabo em 1991, com o fito de preparar o segundo Inquérito Nacional de Saúde.
O estudo realizado em 1983 teve por base um inquérito por questionário aplicado a uma amostra nacional, na selecção da qual se utilizou uma metodologia de tipo probabilístico. O questionário realizado inquiria de forma detalhada sobre um amplo conjunto de substâncias vulgarmente consideradas drogas.

A ausência de tradição no tipo de estudos que nos ocupa coloca um desafio onde se jogam forças com efeitos inversos: por um lado, a ausência de experiência dos problemas específicos que este tipo de inquérito coloca; por outro lado, a necessidade de constituir informação que estabeleça um marco neste tipo de estudos no plano nacional e que permita que nos alinhemos, o melhor possível, com a tradição constituída noutros países europeus.

[5] Referimo-nos a um inquérito por questionário encomendado pelo então Gabinete Coordenador do Combate à Droga a uma empresa de estudos de marketing e opinião pública (Norma).
[6] Björn HIBELL; Barbro ANDERSSON; Salme AHLSTRÖM; Olga BALAKIREVA; Thoroddur BJARNASSON; Anna KOKKEVI; Mark MORGAN (2000), *The 1999 ESPAD Report: Alcohol and Other Drug Use Among Students in 30 European Countries*, The Swedish Council for Information on Alcohol and Other Drugs, CAN Council of Europe. Co-operation Group to Combat Drug Abuse and Illicit Trafficking in Drugs (Pompidou Group), Estocolmo, 362 pp + 21 (inquérito).

A falta de tradição de investigação neste tipo de estudo não tem a ver apenas com a ausência de acumulação de conhecimentos sobre a realidade portuguesa susceptível de orientar a escolha das problemáticas do inquérito e de enquadrar os seus resultados, mas tem a ver, ainda, com as dificuldades que coloca uma recolha de informação sobre um comportamento oculto, penalizado e socialmente condenado, sobretudo que visa uma amostra da população com uma dimensão inusitada no contexto português. Acresce ainda, no que respeita à aplicação dos questionários, que dentro do mercado de recolha de informação em Portugal, o nível de profissionalização dos inquiridores é incipiente.

Em contrapartida, no plano internacional, a preocupação de constituir uma informação internacionalmente comparável data de 1971 com a criação do Grupo Pompidou (a partir de 1980 no seio de Conselho da Europa) e em seguida com a criação (em 1993) do OEDT (Observatório da Droga e da Toxicodependência). A informação acumulada ao nível do indicador que nos ocupa data, nalguns países, desde o início da década de noventa.

A diversidade dos esforços consentidos no plano internacional, mas também as tradições que se foram enraizando nalguns países, constituem, no nosso entender, alguns dos factores que têm dificultado a acção do Observatório da Droga e da Toxicodependência no sentido de produzir indicadores de consumo homogéneos e comparáveis.

Motivados pelo défice de informação no plano nacional (e igualmente pelas expectativas que entretanto foram sendo criadas...) e pela profusão das sugestões que nos chegam da comunidade científica internacional, orientámos o nosso programa no sentido de, na medida do possível, estabelecer um marco no estudo de substâncias psicoactivas na população geral, em Portugal. É, com efeito, importante, na nossa perspectiva, criar uma base de informação, por um lado, conceptualmente aberta às possíveis dimensões da existência social e individual associadas aos consumos e, por outro lado, empiricamente apoiada. O desenho do nosso questionário (em anexo) e a dimensão da amostra (população teórica de 15.000 indivíduos) respondem a esta linha de preocupações.

Para além do questionário, no entanto, definimos um conjunto de operações e de dispositivos de investigação integrados, de forma a apoiar, a médio prazo a ambição do programa de trabalhos.

Num primeiro momento, o esforço que tivemos de fazer para constituir uma base de documentação sobre os questionários construídos pelas equipas congéneres noutros países, levou-nos a construir uma Base de Indicadores dos Inquéritos Nacionais ao Consumos de Drogas na População Geral. Contrariamente ao "Banco de dados", construído por iniciativa do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência[7], que privilegia os indicadores integrados na bateria de perguntas que o OEDT propõe como base comum para todos os inquéritos e na perspectiva de poderem ser comparados resultados, a nossa base visa o conjunto do questionário e foi construída para permitir uma comparação minuciosa (através duma decomposição de cada unidade de sentido constituindo o enunciado) das perguntas ao nível de um domínio, duma dimensão ou de um aspecto seleccionados. Para além do enunciado da pergunta, são ainda considerados os filtros e outras marcas do questionário susceptíveis de condicionar o tipo de resposta pretendida. Este instrumento serviu-nos para sistematizar o nosso conhecimento – ao nível do indicador – dos conteúdos dos questionários tratados e permite-nos avaliar, com rigor, o nível de convergência e de divergência entre o nosso questionário e qualquer um dos questionários tratados na base (todos os europeus mas igualmente o dos EUA e do Canadá). Trata-se de um dispositivo que pode ser desenvolvido para poder ser utilizado por outros investigadores.

Com o objectivo, ao mesmo tempo, de bem fundamentar e de aprofundar o nosso questionamento, procedemos a uma investigação de cariz qualitativo, apoiada na realização de 52 entrevistas aprofundadas a consumidores de substâncias psicoactivas ilícitas. A informação constituída permite-nos perceber os modelos de normatividade e de relação com as substâncias e o consumo.

Finalmente, ao nível de um terceiro sub-programa, temos prevista uma análise articulada entre os resultados obtidos através do Inquérito à População Geral e os que provêm dos Inquéritos à População Escolar e do ESPAD, realizados pelo IDT. O Estudo em meio Escolar, que na última aplicação realizada se focou no grupo dos 12-15 anos, acede, em muito boas condições, a populações que o Inquérito à População Geral não pode atingir ou com as quais – referimo-nos às populações com 15 ou 16 anos – o Inquérito à População Geral tem muitas dificuldades em lidar. Uma análise conjunta dos resultados obtidos através destes dois instrumentos justifica-se pela importância do conhecimento da relação com os consumos do grupo etário mais jovem. Neste sentido, a formulação de algumas perguntas do questionário do Inquérito à População Geral já foi adequada a uma análise comparada.

Os relatórios de desenvolvimento da investigação, que virão no seguimento do documento agora apresentado, darão conta e integrarão os resultados destes diferentes dispositivos que constituem o nosso programa de trabalho.

---

*drogas e outras substâncias psicoactivas*, Lisboa.

[7]European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. Creation of a European Databank on Population Surveys on Drug Use and Joint Analysis of Data Collected. EMCDDA project CT.99.EP.08, Lisbon, EMCDDA, November 2000.